

29 DEZ 1984

Os sombrios recordes da economia - Brasil

Os jornais estamparam ontem em suas manchetes vários dados estatísticos, referentes à economia do País, que merecem realce. Realmente auspicioso, dentre eles, é o que corresponde à primeira estimativa do crescimento do Produto Interno Bruto, que volta a ser positivo, em termos *per capita*, após três anos de recessão. Outros, porém, correspondem a recordes históricos que não constituem, absolutamente, motivo de orgulho. Assim, por exemplo, a taxa de inflação, medida pelo Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna), chegou a 223,7%, tendo batido o recorde histórico anterior, registrado no ano passado (211%). Mas, quem se lembra hoje de que em 1964 sobreveio no País uma revolução por haver a inflação atingido uma taxa mensal que, projetada no ano, correspondia à taxa de 130%? Hoje, a projeção anual da taxa de dezembro findante daria uma taxa de 231,3%...

O drama da inflação atual é que ela está produzindo algumas ilusões. Os jornais frisaram que os rendimentos das cadernetas de poupança tam-

bém acusaram um recorde, tendo chegado a 244,7% e, portanto, superado a inflação. Os que investem em cadernetas de poupança ficaram felizes, como também os exportadores, que se beneficiaram este ano de uma desvalorização cambial maior do que todas as anteriores. Mas estas ilusões nominais levam muitos a esquecer que tudo isso está contribuindo para intensificar ainda mais a inflação, que mais cedo ou mais tarde arrastará o País a um grave impasse que somente uma cirurgia drástica, de consequências sociais imprevisíveis, poderá corrigir.

Neste momento em que se manifesta uma nítida recuperação da economia nacional, muita gente pode ser levada a crer que a inflação não é, afinal, um monstro tão terrível como se tem dito, pois, com o recorde de 1984, registra-se um nítido reerguimento que ninguém antevia. A tentação de relacionar os dois fenômenos é, realmente, grande e a maioria pode ser levada a tirar conclusões precipitadas diante deste novo quadro.

Como a inflação deste ano bateu todos os recordes, apesar da forte contenção monetária, tira-se a conclusão, errônea, de que não é necessário adotar, no plano monetário, medidas restritivas, que só podem agravar as pressões inflacionárias, uma vez que impedem a expansão da produção, como parece estar ocorrendo agora com a agricultura de subsistência no País. De fato, estamos tão acostumados à inflação, no Brasil, que chegamos a crer que existe um controle monetário adequado, quando, na verdade, sob a pressão do déficit público, e em consequência do crescimento das reservas internacionais, jamais foi tão forte a expansão monetária...

A inflação, com o vigente regime de economia indexada, surte efeito prolongado e multiplicador. Há motivos de preocupação com os próximos meses, especialmente porque reajustes salariais demasiado generosos estão concorrendo para fomentar a demanda de bens numa economia em que certos setores já não podem atender ao crescimento dessa

demanda. Homens tão circunspectos como o ex-presidente do Banco Central, sr. Carlos Brandão, chegam a dizer que, nos primeiros meses do ano, a taxa mensal de inflação poderá chegar a 15% (correspondendo à projeção anual de 435%!).

De fato, neste período final do governo, ao qual sucederá um governo de Oposição, a tendência será executar com rigor uma política de reajuste de preços até agora artificialmente contidos. Por outro lado, sabe-se que o governo, no seu canto de cisne, não tem capacidade de resistir a reivindicações salariais que equivalerão a pôr azeite na fogueira. Sabe-se também que, com uma correção monetária tão elevada, a rolagem da dívida interna se torna a cada dia mais difícil, ou, pelo menos, mais custosa, diante da alta das taxas de juros que tolhem os investimentos, tão necessários. Será que dando prioridade ao desenvolvimento, em detrimento do combate à inflação, o País conseguiria sair da espiral inflacionária que pode tragá-lo?